

INTELECTUAIS GAÚCHOS PENSAM O RIO GRANDE DO SUL

— Uma análise de conteúdo da revista **Provincia de São Pedro**

René E. Gertz*

1. Considerações iniciais¹

Há poucas análises da produção intelectual no Rio Grande do Sul. É verdade que existem trabalhos sobre o pensamento político de Assis Brasil, análises sobre o castilhismo, sobre o modelo político dos farrapos e outros mais, mas é raro encontrar-se tentativas de síntese sobre o pensamento político, o pensamento social, o pensamento econômico e temas afins. Uma das poucas exceções é o pequeno livro publicado há não muito tempo sobre **RS: Cultura e ideologia**². Nele há uma série de artigos que procuram surpreender linhas de pensamento que se refletem na produção intelectual de diversas áreas. Sabe-se também que estão sendo feitas tentativas para escrever a história dos centros em que se desenvolveu o pensamento filosófico no Estado³, mas, de uma maneira geral, pode-se afirmar que pouco se fez em torno desta temática.

Apesar de não pretender, de forma alguma, preencher esta lacuna, foi este o motivo que animou o presente trabalho de análise do conteúdo — mais correto seria dizer: de um aspecto do conteúdo — da Revista **Provincia de São Pedro**. Analisar o conteúdo desta revista parece relevante por diversos motivos. Em primeiro lugar, não se trata de uma revista efêmera; mesmo que não tenha tido uma publicação regular, pode-se dizer que sua existência se prolonga de 1945 a 1957⁴. Em segundo lugar, a data de seu lançamento desperta curiosidade em relação ao seu conteúdo, pois 1945 é o ano da "redemocratização" e se poderia esperar uma contribuição dos intelectuais locais sobre os relevantes temas que se discutiam na época e que continuaram na ordem do dia nos anos seguintes, sobretudo na década de 50. Em terceiro lugar — juntando-se às duas razões anteriores —, um relance pelos índices mostra que um grande número dos nomes que conhecemos como expoentes de um certo tipo de intelectualidade gaúcha

escreveram na revista: Athos Damasceno, Aurélio Porto, Carlos Dante de Moraes, Carlos Galvão Krebs, Carlos Reverbel, Ciro Martins, Dante de Laytano, Darcy Azambuja, Dionélio Machado, Érico Veríssimo, Guilhermino César, J. P. Coelho de Souza, Manoelito de Ornellas, Mansueto Bernardi, Mário Quintana, Mem de Sá, Moysés Vellinho, Othelo Rosa, Raul Pilla, Reinaldo de Moura, Telmo Vergara, Theodomiro Tostes, Walter Spalding. Naturalmente, faltam aí nomes importantes, e outros tiveram passagem efêmera pela revista (é o caso de Dionélio Machado), mas era de esperar-se que os textos dessem uma boa visão sobre o pensamento de uma parcela significativa da intelectualidade gaúcha.

Um levantamento feito, durante a pesquisa, mostrou que o grupo dos intelectuais congregados na revista gravitava em grande parte em torno do poder político estadual, pois muitos deles eram funcionários públicos ou ocupavam cargos indiretamente ligados à estrutura do poder. Isto sugere que suas posições e pontos de vista refletem posturas "dominantes". Feito um levantamento dos nomes que apareciam no mínimo cinco vezes nos diversos índices, ou seja, aqueles que escreviam para no mínimo cada quarto número, temos o seguinte quadro: Athos Damasceno, Augusto Meyer, Carlos Dante de Moraes, Carlos Galvão Krebs, Darcy Azambuja, Guilhermino César, Manoelito de Ornellas, Mário Quintana, Moysés Vellinho, Othelo Rosa, Otto Maria Carpeaux, Reinaldo Moura, Simões Lopes Neto.

Otto Maria Carpeaux aparecia em praticamente todos os números com uma seção fixa sobre literatura universal, mas não era gaúcho — nem brasileiro — e constitui um caso à parte; de Simões Lopes Neto publicam-se diversos textos de ficção, mas estava morto há bastante tempo e também constitui caso à parte. Excluimos, por isso, estes dois autores do arrolamento de dados biográficos. Quanto aos demais, pode-se dizer o seguinte (os dados são fornecidos pela própria revista): Athos Damasceno é apresentado como escritor; Augusto Meyer foi diretor da Biblioteca Pública e do Instituto Nacional do Livro; Carlos Dante de Moraes é advogado; Carlos Galvão Krebs é advogado também; Darcy Azambuja é catedrático da Faculdade de Direito; Guilhermino César atuava no tribunal de Contas do Estado; Manoelito de Ornellas foi diretor da Biblioteca Pública, da Imprensa Oficial do Estado, do Departamento Estadual de Informações, do Arquivo Público; Mario Quintana era tradutor da Editora Globo; Moysés Vellinho, como diretor da revista, sentia-se aparentemente inibido para publicar seus

próprios dados biográficos, mas sua biografia é relativamente conhecida; Othelo Rosa foi vereador em Taquari, secretário da presidência do Estado, deputado estadual, secretário da Educação e Cultura; Reinaldo Moura foi diretor da Biblioteca Pública.

Uma pesquisa biográfica mais apurada certamente nos mostraria que diversos nomes, que aparentemente exercem atividades independentes, encontram-se de alguma forma ligados a instituições estatais.

Um levantamento sobre a temática dos textos permitiu constituir o seguinte quadro (do total de 21 números)⁵:

Temas	número de títulos	número de páginas
— Aspectos da história e da historiografia do RGS	67	554
— Aspectos do folclore e da cultura do RGS	37	268
— Aspectos sócio-econômicos atuais do RGS	34	168
— Ficção regionalista (do RGS)	21	112
— Comentários sobre literatura do RGS ..	29	208
— Aspectos da história e da historiografia do Brasil em geral (incluindo aspectos regionais de outros Estados)	32	222
— Aspectos do folclore e da cultura no Brasil em geral	29	137
— Comentários sobre literatura brasileira (excluída a gaúcha)	45	301
— Comentários sobre literatura estrangeira	55	369
— Ficção lírica e existencial	122	487
— Outros (não classificáveis nos itens anteriores)	53	329
Total	524	3.155

Vemos, por esta tabela, que mais de 41% do espaço é dedicado a temas do Rio Grande do Sul. E a idéia central da revista era justamente a de concentrar-se no estudo de temas rio-grandenses. É o que denota uma análise dos editoriais.

No primeiro editorial, Moysés Vellinho afirma que não existe uma bibliografia conclusiva sobre a realidade brasileira.

Chegar a definições desta realidade até se torna difícil, por enquanto, pois não "se poderá admitir, já agora, que o sentimento de unidade de uma pátria de fronteiras quase ilimitadas se possa consolidar mediante a anulação das diversidades regionais" (PSP/1:6). Por isso se impõe um "provincianismo cultural" "como o mais lúcido dos programas, se queremos chegar à ampla compreensão dos brasileiros entre si, para a definitiva assimilação de uma terra de dimensões imperiais e que em grande parte ainda se pertence mais a si mesma que ao homem" (*ibid*). Pouco antes, Moysés Vellinho escrevera que, sem que se faça primeiro uma definição das partes, não é possível a definição do todo.

Segue um parágrafo em que o programa de **Provincia de São Pedro** é apresentado de forma mais ou menos densa; isto justifica a citação relativamente longa: "O que **Provincia de São Pedro** deseja não é afogar-se nas águas rasas da retórica regionalista. É uma publicação regional, sem dúvida, faz questão de sê-lo, mas não a animam exclusivismos localistas. Seu objetivo é o de fomentar, no Rio Grande do Sul, as obras da inteligência, através do ensaio, da crítica, da poesia, de todas as manifestações do pensamento. Sem impor limites à sua orientação, nem sentido ideológico ao seu programa, PSP pretende converter-se no centro de coleção, seleção, estímulo e irradiação das atividades culturais que se processam neste extremo sul do país. Guardando-se dos perigos de um tradicionalismo estreito e das pieguices do saudosismo, terá sempre presente, no entanto, os elementos fundamentais da tradição local, os autênticos valores do passado, porque acredita que a preservação de certas fixações é indispensável à caracterização de uma cultura". "Com este objetivo PSP procurará manter em permanente ordem do dia, afora os assuntos de interesse geral e permanente, os temas e motivos da nacionalidade" (PSP/1:6/7).

Até este ponto, a linguagem da proposta é relativamente neutra; a seguir, porém, se manifesta um receio — que ao mesmo tempo é uma baliza programática — que poderá ser encontrado nos editoriais de diversas edições futuras: "Se de tudo resultar uma nova afirmação das nossas peculiaridades regionais, é bem possível que os maniacos da centralização se encham de suspeitas e temores. Não faz mal. Parece fora de dúvida que os assomos de padronização cultural só podem concorrer para a consumação da mais ingrata das obras: a descaracterização do país na sua unidade múltipla como con-

seqüência do gradual apagamento das fisionomias locais e da lenta destruição dos valores da província" (PSP/1:7).

O editorial do segundo número de **Província de São Pedro** é dedicado à imagem que o resto do Brasil faz do Rio Grande do Sul, ao menos desde 1835. Moysés Vellinho lamenta que os gaúchos se sintam inibidos com isto e se tenha falado tão pouco do acordo de Poncho Verde, no seu centenário. As comemorações se restringiram a um congresso de História, sem qualquer publicidade, e à inauguração de um momento em Poncho Verde, onde o historiador Aurélio Porto fez um discurso efusivo — seu último discurso.

O editorial do terceiro número lembra o centenário de Eça de Queiroz, e o do quarto número se preocupa com os problemas sociais dos municípios da Campanha e especificamente do município de Pinheiro Machado, sobre o qual há um minucioso relatório do prefeito João Pedro dos Santos.

O editorial da quinta edição volta a preocupar-se com a inserção do Rio Grande do Sul na realidade nacional: "Temos a consciência de que muitas vezes é daqui mesmo, por atos e palavras, que saem as deformações da realidade riograndense" (PSP/5:5). Na verdade, o Estado "amarga em silêncio o seu drama coletivo, uma terra que se dessangra em largas porções de sua geografia humana, à vista do imemorial abandono em que vivem suas populações, particularmente as que provêm do ciclo heróico da ocupação e das velhas pugnas de fronteira. Somos um complexo demográfico que se transforma, não por um processo sadio de aculturação, mas por um surdo, um doloroso processo de eliminação do elemento genuíno ou tradicional" (*ibid.*).

O editorial seguinte da revista, o do número 6, é dedicado à literatura gaúcha. Aproveitando uma observação de Afonso Arinos, no sentido de que esta literatura, apesar de utilizar predominantemente temas nitidamente regionais, é relativamente conservadora em termos lingüísticos, Moysés Vellinho explica que isto se deve ao fato de que depois de estabelecidas as fronteiras geográficas frente ao mundo castelhano, "era preciso resguardar, além da integridade territorial do país, e com os demais componentes de afirmação cultural, a inviolabilidade do idioma originário em suas vigas mestras" (PSP/6:6). Essa literatura não se postou somente contra a invasão castelhana: vieram depois as "grossas levas" de imigrantes alemães e italianos e a literatura teve que lutar contra

outro tipo de desvirtuamento da língua. Temos, portanto, na literatura os reflexos de toda a luta do Rio Grande do Sul em favor da nacionalidade: "... em face do estrangeiro a história nos meteu na própria carne a lição de que o argumento nacional há de sempre falar mais alto que o original" (*ibid.*).

Nos editoriais das edições 7, 8 e 9 não se toca no problema da inserção do Rio Grande do Sul dentro do Brasil. No primeiro destes editoriais se comenta a primeira edição inglesa e a quinta portuguesa de **Casa grande e senzala** de Gilberto Freyre; no segundo se comenta o abandono infantil e as medidas que estão sendo tomadas; o terceiro faz referência ao centenário de Castro Alves. Finalmente, no número 10 não existe editorial.

Mas já no editorial do número 11 reaparece o problema da inserção rio-grandense na realidade nacional. Moysés Vellinho se queixa da incompreensão demonstrada por críticos nacionais em relação à literatura gaúcha. Na verdade, "foi aqui... que o expansionismo, realizado noutras direções pelas bandeiras paulistas, perdeu seu caráter instintivo, o caráter de uma força atirada aos seus próprios impulsos, para revestir o tonus de uma ação política consciente e vigilante". Mesmo assim, o restante do Brasil muitas vezes nos julga "como um apêndice estranho à formação do Brasil" (PSP/11:6). "Hoje, (somos) acusados de viver de morna lua de mel com a gramática! Somos agora os tímidos neoclássicos do panorama literário brasileiro! Uns pobres conservadores, sem imaginação criadora, destituídos daquela gana subsersiva capaz das grandes renovações" (PSP/11:7). "Quanto equívoco a desfazer!" — é aí que reside a tarefa de **Provincia de São Pedro**.

O editorial do número 12 lembra os 80 anos desde a criação do Partenon Literário. Moysés Vellinho proclama a necessidade de se redescobrir a importância literária e político-social deste grêmio.

No número 13 o editorial comenta os 5 anos da revista e reafirma que "o que devemos cultivar são os elementos fundamentais, as constantes da tradição" (PSP/13:6).

O mesmo tema reaparece no número seguinte: "Conagrada a reviver e discernir os valores permanentes da província, sem perder de vista sobretudo a sua integração no conjunto da cultura nacional, esta revista abre espaço a estudos e pesquisas que, procedentes dos mais diversos pontos do país, visam tal objetivo" (PSP/14:5).

Nos cinco números seguintes são abordados novamente temas mais gerais; lamenta-se o mau preparo da delegação brasileira ao Colóquio Internacional sobre Estudos Luso-Brasileiros (número 15); vitupera-se o IV Congresso Brasileiro de Escritores realizado em Porto Alegre e que, como os precedentes, foi mais um elo da cadeia internacional dos famigerados congressos de paz que periodicamente se reúnem a serviço da agressão e do imperialismo russo" (PSP/16:6); critica-se a inexistência de suplementos ou seções literários nos jornais de Porto Alegre (número 17); faz-se nova investida contra o "fascismo" soviético, para introduzir a publicação do manifesto lançado no Congresso pela Liberdade de Cultura (Berlim) e assinado por Benedetto Croce, Jacques Maritain, Bertrand Russell, John Dewey, Karl Jaspers, Salvador de Madariaga (número 18); elogia-se a criação do Departamento de Cultura do Estado do Rio Grande do Sul e a instituição de prêmios literários por parte da prefeitura de Porto Alegre (número 19).

No número 20 o editorial volta a queixar-se amargamente da incompreensão do restante do Brasil em relação ao Estado sulino. "A cada passo a alusão, frontal ou capciosa, à vocação caudilhista do gaúcho. É como se se tratasse de uma verdade sociológica tranqüilamente passada em julgado. Já ninguém mais procura saber se está sendo fiel à realizada ou à lição dos fatos" (PSP/20:5). Na verdade este famigerado caudilhismo é um fantasma. A prova está no fato de que, quando o caudilhismo platino começou a ameaçar as fronteiras brasileiras, "tínhamos perfeita consciência da nossa política no quadro nacional"; "éramos parte integrante de um vasto império político braviamente cioso de seus limites e que este império tinha uma cultura, uma língua, um destino próprio". Desde a fundação da capitania, os gaúchos não faziam outra coisa do que velar por ela. "A prova mais alta e convincente da nossa vocação para as formas orgânicas da política, isto é, da nossa incompatibilidade com as soluções caudilhistas, os rio-grandenses a deram em 35" (PSP/20:5/6). Toda a história da revolução farroupilha mostra a ausência de caudilhismo e o predomínio de um programa ideológico. Mesmo sob o autoritarismo da República Velha não tivemos o domínio caudilhisto, mas a dominação da doutrina de um partido.

Também o último editorial parte em defesa da tradição brasileira do Rio Grande do Sul. Num longo texto, analisa-se a figura de Sepé Tiaraju como personagem de destaque da tradição gaúcha. Moysés Vellinho se insurge contra a tentativa

de enquadrar Sepé Tiaraju na tradição gaúcha. Trazê-lo "de seu lado para o nosso, começa por ser uma injúria à sua própria memória. É injúria muito maior aos esplêndidos construtores do Rio Grande do Sul de São Pedro" (PSP/21:7). Sepé Tiaraju não lutou pelo seu povo, pois este estava sob o jugo dos jesuitas que estavam do lado espanhol e, portanto, sua luta não foi uma luta em favor da independência dos índios, mas a favor dos interesses de conquista dos espanhóis. O episódio das missões jesuíticas simplesmente é estranho à formação histórica do Rio Grande do Sul, e o Estado para mostrar sua fidelidade à nação brasileira deve distanciar-se de figuras antibrasileiras, como Sepé Tiaraju.

Estes editoriais denotam uma posição que é ambivalente. De um lado se acentua a consciência da peculiaridade do Rio Grande do Sul; destaca-se que, efetivamente, o Estado possui características em sua formação, as quais o distinguem de outras regiões, onde, por exemplo, a luta com o exterior não existiu. Mas, por outro lado, há uma preocupação intensa em demonstrar e defender o caráter brasileiro — e, portanto, nada anormal — do Rio Grande do Sul.

A seguir, procurar-se-á analisar qual a imagem do Sul, que transparece nos textos. Esta análise obedecerá ao roteiro proposto na tabela acima apresentada. Não serão analisados os textos referentes aos assuntos não ligados ao Estado. Este procedimento se justifica pelo fato de que os artigos sobre o Brasil em geral, sobre literatura estrangeira, etc. foram, em sua maioria, escritos por autores não locais e, portanto, não refletem de forma direta a posição da intelectualidade gaúcha, nos quais se centra a presente análise. Isto não significa que a análise destes textos seja destituída de valor, pois pode refletir de forma indireta posições e interesses dos editores da revista, mas o procedimento adotado também é plausível, e haveria até problemas de competência para analisar, por exemplo, os textos de ficção.

2. Aspectos da história e da historiografia do Rio Grande do Sul

Há diversos pontos a destacar dentre os textos que abordam a evolução histórica do Rio Grande do Sul e a historiografia sobre o assunto⁶.

Um destes pontos é que uma série de artigos não se propõem a demonstrar nada; restringem-se a aspectos curiosos

ou, poderia dizer-se, "folclóricos" do passado gaúcho. A revista abre com um artigo de Dante de Laytano intitulado "História particular de velha cidade do Rio Grande do Sul". Neste artigo são descritos os mais diferentes aspectos da vida de Rio Pardo até o final do século XIX. Há descrições minuciosas sobre a iluminação pública, sobre os festejos, a moda, os hábitos de leitura, as recitações de poesias, etc. Mas toda esta extensa descrição tem um objetivo relativamente restrito: "Foi um burgo legitimamente lusitano, onde a bravura e a rotina, as festas e a melancolia, a enxada e a espada estiveram admiravelmente juntos, realizando aquele segredo de equilíbrio tão nítido na gente portuguesa" (PSP/1:17).

Na segunda edição aparece Athos Damasceno com uma descrição das "Sacadas e sacadinhas porto-alegrenses" no passado. É descrita sua importância para a iluminação pública, para a colocação de flores, para a declamação de poesias (PSP/2).

Darcy Azambuja relata episódios de "Quando Porto Alegre amanhecia". Transcreve, num mesmo artigo, atas que refletem desavenças entre Executivo e Legislativo em 1777, uma carta de um cidadão de 60 anos que solicita à Santa Casa uma órfã para noiva, que não tenha mais de 18 anos (isto em 1855). Depois, há uma referência à primeira escola de Porto Alegre (1778) e aos seus primeiros professores. Segue-se uma referência aos jornais porto-alegrenses da primeira metade do século XIX. De repente, o autor interrompe para dizer que "em meio a esses episódios, assim desalinhadamente citados, Porto Alegre amanhecia" (PSP/10:61). Seguem-se, ainda, descrições sobre moda, sobre eventos culturais, etc.

Um artigo de Felicíssimo M. de Azevedo⁷ descreve minuciosamente "A primeira escola de Porto Alegre". Há uma descrição da sua localização geográfica, arquitetônica e sobretudo da sua dinâmica pedagógica (PSP/16).

Poderia arriscar-se uma primeira caracterização desta produção intelectual: o gosto pelo simplesmente "folclórico", a investigação pelo simples prazer de investigar, a produção intelectual "decorativa".

É evidente que este não é o único tipo de historiografia que **Provincia de São Pedro** publica, mas os exemplos mostram que ele possui uma tradição entre os historiólogos rio-grandenses.

Nos diferentes artigos, que procuram analisar a formação histórica do Rio Grande do Sul, destacam-se alguns elementos relativamente constantes. Poderia reduzir-se este elemento a uma fórmula: o caráter heróico, poruguês e democrático da formação gaúcha. Alguns exemplos podem ilustrar isto. Darcy Azambuja, referindo-se à formação do povo rio-grandense, destaca que os diferentes fatores, que influíram nesta formação, "fizeram dos rio-grandenses um povo guerreiro" e que "esse é, sem dúvida, um traço peculiar à psicologia do rio-grandense, guerreiro e cidadão, que aprendeu na guerra o valor da solidariedade e da liberdade" (PSP/1:22).

Para Rubens de Barcellos, festejado como grande historiador pela **Província de São Pedro**, o heroísmo está infelizmente desaparecendo como elemento típico da nossa formação social. "Fica no coração rio-grandense a saudade e o orgulho do passado heróico dos campanhistas neste sumir-se da tradição bélica e rebelde, afogada na onda crescente do industrialismo contemporâneo" (PSP/3:24).

Para outro autor, Lourenço Mário Prunes, vale a pena reler as obras clássicas de viajantes estrangeiros, como Saint Hilaire, pois "através de suas páginas sentimos reviver o Rio Grande do Sul heróico e bárbaro de cento e trinta anos atrás" (PSP/21:129).

O heroísmo da tradição gaúcha ultrapassa as fronteiras do Rio Grande do Sul. Euclides da Cunha se expõe a uma crítica básica ao estabelecer comparações indevidas entre os jagunços nordestinos e os gaúchos, "pois embora não declarado expressamente, nem apresentado o assunto com o interesse e a extensão que o autor prodigalizou aos seus simpatizados jagunços em vários outros pontos largamente tratados, ressalta, em certas páginas de 'A luta' (parte de **Os sertões** — REG), que sem os batalhões do general Savaget e sem os incomparáveis oficiais gaúchos Carlos Teles, Tupi Caldas Thompson Flores, Sampaio e tantos outros, a primeira coluna da quarta expedição teria destino pior que o da expedição anterior" (PSP/21:183). E "esta apologia do soldado gaúcho... pode ser ricamente completada fora do ambiente de Canudos..." (texto de Dante de Mello, PSP/21:184).

O Continente de São Pedro sempre se postou heróico na defesa da nacionalidade. Quando os portugueses estabeleceram a Colônia do Sacramento e se colocou a "dura missão" de tomar medidas para proteger sua retaguarda através do

estabelecimento de bases de apoio, como o forte de Rio Grande, "o velho Continente de São Pedro soube acudir com todas as energias nascentes. Cumprindo à risca o papel que as circunstâncias históricas lhe confiaram, fez de sua vocação uma legenda que é o sinal mais vivo, o sinal mais dramático de sua identidade com o destino da comunhão brasileira" (PSP/21:280). A opinião é de Moysés Vellinho.

O segundo aspecto dentro das preocupações com a formação histórica do Rio Grande do Sul é o caráter português desta formação. Parece que o destaque dado a este ponto visa dois objetivos. Em primeiro lugar, trata-se de uma continuação da disputa que se travara antes da Segunda Guerra entre os definidores da identidade étnico-cultural do Brasil. Entre outros destacaram-se, nesta disputa, de um lado os "germanistas", que negavam a possibilidade de se definir etnicamente o Brasil, e, de outro lado, os "lusitanistas" que insistiam no caráter definitivamente português do país. Reflexos desta disputa podem ser encontrados, por exemplo, no clássico **O mundo que o português criou** de Gilberto Freyre⁸. Esta preocupação raramente é expressa com clareza, mas parece estar presente, pois do contrário não se explicaria o grande número de artigos sobre o povo e a cultura portugueses. Senão vejamos: José Osório de Oliveira — "Sobre a psicologia do povo português" (PSP/3); Pierre Hourcade — "A vocação universalista de Portugal" (PSP/7); Manuel Diégues Júnior — "Os portugueses no Nordeste" (PSP/13); Martinho Nobre de Mello — "A participação dos portugueses na difusão do humanismo e na criação do espírito científico" (PSP/16); Serafim Silva Neto — "Breves notas para o estudo da expansão da língua portuguesa em África e Ásia" (PSP/16); Jorge Dias — "Os elementos fundamentais da cultura portuguesa" (PSP/19); Hernani Cidade — "Os portugueses no renascimento" (PSP/21).

Efetivamente, num artigo de Teodoro Cabral, no qual este se refere a um projeto de edição da obra de Avé-Lallemant em português, manifesta temores diante de passagens claramente pró-germanistas deste autor, quando, por exemplo, cita as manifestações de um oficial da marinha brasileira, segundo o qual somente alemães poderiam salvar o Brasil "das péssimas idéias e costumes que nos legaram os portugueses" (PSP/17: 30). Cabral afirma que não adianta conjeturar sobre hipóteses, pois efetivamente o Brasil tem caráter português e por isso um certo cuidado é recomendável na publicação dos escritos do viajante.

Mas o propósito de polemizar contra germanistas ou outras correntes similares nunca é claramente expresso e a acentuação do caráter português na formação do Rio Grande do Sul parece ter como objetivo, neste momento, muito mais o de mostrar que o Estado não é um elemento estranho dentro da federação brasileira, que ele é autenticamente nacional. J. P. Coelho de Souza expressou esta preocupação da seguinte forma: "julgam os bons espíritos que lançaram **Provincia (de São Pedro — REG)** útil aos seus seguros objetivos evidenciar, mais uma vez, a integração política do Rio Grande no plano brasileiro, como uma renovada resposta à suposição de uma agitação pública vivida paralelamente à do Brasil..." (PSP/2:134)⁹.

É por isso que estão disseminadas freqüentes referências ao caráter autenticamente lusitano na formação do Rio Grande. Um exemplo deste tipo de referência já tivemos na citação anterior de um texto de Dante de Laytano. Há, no entanto, uma série de referências muito mais enfáticas. Moysés Vellinho, por exemplo, ao comentar o livro **Gaúchos e beduínos** de Manoelito de Ornellas, ressalva: "A formação do Rio Grande é de ontem e nós sabemos a rigor de onde veio a gente que povoou as antigas Terras del'Rei: vieram de Laguna, de São Paulo, das ilhas açorianas... Infiltrações que se tenham insinuado pelo sul a despeito da barreira oposta pelo constante estado de guerra em que vivíamos com o mundo castelhano, essas não seriam suficientes para pôr em dúvida, ainda que de longe, a paternidade luso-brasileira do gaúcho rio-grandense, descontada, naturalmente, a inevitável intercorrência de sangue indígena" (PSP/13:147).

Othelo Rosa ao escrever um parecer sobre uma consulta feita pela oitava Delegacia de Ensino de Santa Maria, onde se pretendia dar o nome de "Padre Sepp" a uma escola, afirma que tal iniciativa não é recomendável, não por causa da origem germânica do padre, mas sim porque ele e seus índios combateram ao lado dos espanhóis contra os portugueses e "uma cultura e uma civilização só se define pelo seu sentido. E o sentido da civilização lusitana, que é a do Rio Grande do Sul, seria necessariamente inconciliável com a que representa o Padre Sepp" (PSP/14:171).

Finalmente, o caráter democrático da formação gaúcha. É verdade que este aspecto não aparece em **Provincia de São Pedro** com o mesmo destaque com que tem sido apresentado em outras fontes¹⁰. Inclusive há, ao menos, um artigo com cri-

ticas a esta tradição. Sérgio da Costa Franco, ao tentar desenvolver um "esquema sociológico da fronteira", discorda das posições que dão destaque demasiado à "democracia da Estância", como o faz Salis Goulart, por exemplo. Sérgio da Costa Franco admite que na estância existia uma "certa solidariedade fraternal entre peões e patrões", mas na verdade "o regime latifundista é, em si, visceralmente contrário ao princípio democrático e não é lícito confundir relações patriarcais com relações democráticas, no seu conteúdo diametralmente opostas" (PSP/15:49).

Mesmo assim, a idéia da democracia aparece nos textos de diversos autores. Antônio Carlos Machado, escrevendo sobre as charqueadas, refere que os viajantes do século passado contam que os escravos destas unidades de produção eram tratados com excessiva dureza. Mas o autor contra-argumenta ser "fato comprovado que mesmo nas charqueadas, os negros recebiam um tratamento benigno, conquanto necessariamente severo e atreito a certas disposições disciplinares" (PSP/8:133).

Othelo Rosa, introduzindo um comentário sobre Bento Gonçalves, destaca na formação social do Rio Grande do Sul o caráter hierárquico, por um lado, mas, por outro, a tendência generalizada ao igualitarismo, decorrente do exercício conjunto e indistinto das atividades produtivas, criando um clima geral de liberdade (PSP/10).

J. P. Coelho de Souza, no artigo já citado, onde procura defender a formação essencialmente brasílica do Rio Grande do Sul, destaca que aqui sempre estiveram presentes dois elementos: o federalismo e o liberalismo. Este último profundamente enraizado em toda a sociedade gaúcha. Pois o liberalismo brotou do próprio modo de vida na Campanha, que resultou numa "pulverização do poder e na ampla independência de todos os povos constitutivos da sociedade sulina: índios, açorianos e portugueses" (PSP/2:140).

Carlos de Azevedo Légori também insiste no caráter liberal da sociedade gaúcha; a essência do liberalismo brasileiro e universal também está presente no espírito do rio-grandense, "mas entre nós suas cores se avivam mediante o impulso do forte individualismo pecuário, onde não existiam escravos nem marcadas distinções de classe" (PSP/11:142).

Rubens Barcellos, em artigo também já citado, afirma que

nos aglomerados do leste dominava um certo autoritarismo, mas que na Campanha se desenvolve uma sociedade amplamente democrática, pois "pode-se até dizer com Sarmiento que não há trabalho, apoiando-se a vida dos pastores na escravidão do gado" (PSP/3:19). Se as populações do leste são policiadas e dirigidas pelas autoridades da coroa, na Campanha "a gauchada reúne-se em torno das figuras de estancieiros que lo-gram pelas suas qualidades de valor pessoal impor-se-lhes co-mo chefes" (PSP/3:20).

Outro autor, João Pedro dos Santos, ao analisar a função do rancho, conclui que ele foi a base "edilícia da fase estrutural rio-grandense" servindo de abrigo a "campeiros humildes e bravos, como ricos fazendeiros", levando à "comunhão e(ao) entendimento dos homens nesta terra". É pena que atualmente se esteja verificando uma desagregação da "organização social fundida pela têmpera dos homens bravos" e isto pode ter "tremendas conseqüências na ordem culural e política" (PSP/19: 143-145).

Além destes três elementos (heroísmo, caráter português e democrático da formação da sociedade rio-grandense) há nos textos de **Provincia de São Pedro** um elemento que também se encontra em outros escritos historiográficos de autores gaúchos. Trata-se da exaltação do herói, do grande personagem. Prepondera nestas descrições a adjetivação ampla, o recurso ao elogio pelas qualidades pessoais, sem que, em geral, se ci-tem fatos concretos para fundamentar tais elogios.

Patrício José Correa da Câmara (Visconde de Pelotas) "inspirava confiança, era de costumes severos, de uma condu-ta ilibada e de acentuado espirito religioso"; demonstrava "desassombro", "desambição", "lealdade às suas convicções políticas, sem entretanto chegarem ao ponto de colocá-las aci-ma da causa sagrada da Pátria". É o que pensa Rinaldo Câmara (PSP/17:131, 135).

Rafael Pinto Bandeira foi, na opinião de Carlos Reverbel, "a figura representativa por excelência do drama de fixação luso-brasileira no Rio Grande"; voltarmo-nos "para figuras assim representativas significa nossos anelos de sobrevivência e contiunidade histórica dentro dos sulcos lusitanos de nossa formação". "Foi-se o herói, mas ganhamos a unidade para sempre" (PSP/4:142, 145, 151).

Também as figuras mais atuais são exaltadas da mesma

forma. Gaspar Silveira Martins se destaca pela sua "linhagem fidalga". "A linhagem racial e espiritual do avô, a inteireza moral e a austeridade do pai, o meio físico, a alimentação e o ambiente social e político da época formaram em Gaspar aquele tipo humano às vezes surpreendente, porque nele a natureza parecia superar-se" (Manoelito de Ornellas em PSP/13:86).

Na opinião de Rubens de Barcellos, Júlio de Castilhos é um homem que deixou mais do que um "sulco profundo de veneração e de respeito: legou instituições, um credo, uma parcialidade numerosa e fiel". Pode-se discutir e combater sua obra em nome de credos opostos, mas "seu valor de homem excepcional, o seu talento, a sua capacidade e a sua indiscutível e poderosa significação social não padecem contestação" (PSP/1:125).

Um artigo de Setembrino de Carvalho sobre a "pacificação do Rio Grande do Sul em 1923" ressalta o "elevado sentimento de abnegação, amor à sua terra e nobre desinteresse" de Borges de Medeiros, o qual sempre cedeu "a impulsos cívicos e aos imperativos de seu acentuado espírito de concórdia" (PSP/14:110).

Figuras políticas menores, do interior do Estado, também são contempladas com elogios efusivos. Mem de Sá, ao referir-se ao chefe maragato Rafael Cabeda, de Santana do Livramento, afirma que ele "jamais cansou, nunca arrefeceu, lutou sempre, com ou sem esperanças, generoso e intransigente, fidalgo e irredutível"; será difícil citar tipo mais "representativo da alma gaúcha, perfil mais completo de chefe rio-grandense, encarnação mais perfeita de solidariedade política" (PSP/12:46).

Mas não só políticos são contemplados com considerações generosas deste tipo. Joaquim Caetano da Silva, filólogo, geógrafo, historiador, pedagogo, é uma figura que possui a "significação magnética de um paladino, daqueles cujos atos, nas velhas idades, simbolizavam o instinto de defesa, o espírito de persistência das pátrias" (PSP/9:15). As referências são de João Pinto da Silva.

Alcides Mendonça Lima, historiador, político, jurista, foi "acima de tudo... brasileiro, podendo ser assim, legitimamente, cultuado em qualquer recanto do nosso território" (PSP/16:153).

Omiti até aqui referências aos líderes farroupilhas, porque a Revolução Farroupilha merece tratamento à parte. Das 554 páginas que **Província de São Pedro** dedica a aspectos da história do Rio Grande do Sul, 101 se referem exclusivamente à Revolução Farroupilha (mais de 18%) e há ainda um grande número de referências esparsas. Esta revolução constitui um dos temas mais freqüentemente abordados dentre os textos de caráter historiográfico.

Os elementos antes referidos em conexão com a análise da formação histórica do Rio Grande do Sul reaparecem, evidentemente, quando é abordada a Revolução Farroupilha. O heroísmo geral dos combatentes farroupilhas e sobretudo o dos líderes é destacado. Insiste-se no caráter liberal (democrático) do movimento, tanto nas suas intenções quanto na sua prática revolucionária. Mas o que se procura mostrar, com maior insistência, é que a revolução não teve caráter antinacional.

Quanto aos dois primeiros aspectos basta fazer algumas poucas referências. Bento Gonçalves é uma figura extremamente humana. Luiz Carlos Lessa narra um episódio sobre a "retirada de São José do Norte" e destaca que entre a opção de atear fogo a casas de inocentes com o fim de dar combate ao inimigo e a de retirar-se sob riscos, opta pela segunda alternativa (PSP/7). Para Othelo Rosa, "a figura de Bento Gonçalves atravessa o decênio heróico num sulco de legenda... Dá exemplos constantes de tolerância e desambição". Ele pode aparecer como "símbolo do que há de digno, de leal, de corajoso, de nobre e de elevado no povo gaúcho" (PSP/10:12, 14).

Os destaques a Bento Gonçalves se repetem e é verdade que os outros heróis farroupilhas não são tão freqüentemente lembrados nem se lhes dedica grande espaço; só o estrangeiro Garibaldi é contemplado com um capítulo romanceado, escrito por Lindolfo Collor: "O entusiasmo do chefe contagiava. Sem nada perder da sua autoridade, sabia ser como ninguém modesto e afável no trato com os subordinados" (PSP/20:125).

Mas não há necessidade de se citar muitos nomes, pois a "epopéia farroupilha" é heróica em sua totalidade. Mais uma vez Othelo Rosa aparece como o autor, cujas palavras refletem esta idéia de bravura e de heroísmo característico de todos os farroupilhas, ao insurgir-se contra o conceito de banditismo aplicado por Oliveira Vianna à revolta rio-grandense: "... reiteramos o voto de nossa admiração e do nosso culto a esses

bandidos gloriosos, que emblemaram a bravura, a honra, a dignidade do Rio Grande do Sul" (PSP/16:64).

A preocupação maior, no entanto, é a de mostrar que a revolta farroupilha não foi um movimento antibrasileiro e sim que, pelo contrário, neste movimento se refletem todas as tradições brasileiras. É interessante notar que esta preocupação se reflete no decorrer de toda a revista, dos primeiros aos últimos números. Já me referi anteriormente ao editorial de Moysés Vellinho, no segundo número, onde ele lamenta que os gaúchos não tenham aproveitado o centenário do acordo de Poncho Verde para apagar na mentalidade do resto do Brasil a imagem negativa que desde 1835 paira sobre o Rio Grande do Sul.

No mesmo número, Othelo Rosa procura demonstrar o "caráter republicano e federativo do movimento", acentuando que estes dois elementos se encontram profundamente enraizados na história do Brasil desde a Colônia. Por isso a revolução farroupilha em momento algum foi "uma revolução local, regional". "... os rio-grandenses, fidelíssimos aos princípios liberais, democráticos, iam reafirmar, na revolução farroupilha, a plena posse de um vivaz e íntegro sentimento nacionalista. E a defesa desse nacionalismo deve ser incluída entre as causas determinantes do movimento" (PSP/2:17, 27).

Mais adiante, no número 10, Othelo Rosa reaparece com um artigo sobre Bento Gonçalves — já citado —, onde relembra introdutoriamente o caráter da revolução: "O pensamento dominante na revolução farroupilha, sendo essencialmente brasileiro, seria republicano e federativo" (PSP/10:9).

No número 16, o mesmo autor volta à carga para analisar "o conteúdo político da revolução farroupilha". Queixa-se aí amargamente dos autores que consideram o Rio Grande do Sul um Estado espanholizado que, a rigor, não faria parte da federação brasileira, incluindo-se só por casualidade no território nacional. Por isso Othelo Rosa considera urgente um "apelo ao Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul para uma ação harmônica, severa, no sentido de apressarmos a elaboração de uma história verdadeira do Rio Grande do Sul, ... inspirados exclusivamente no interesse elevado e supremo de dar ao Rio Grande do Sul o que é do Rio Grande, de situá-lo rigorosamente no panorama da evolução nacional" (PSP/16:61). Segue-se a polêmica contra Oliveira Vianna, já referida.

Adiante, no número 20, mais uma vez Othelo Rosa volta ao tema, desta vez para destacar o tratamento que o historiador Alfredo Ferreira Rodrigues deu ao movimento farroupilha. Inicia, porém, — após apresentar rápidos traços biográficos sobre o autor — com um comentário geral sobre o movimento: "Grande na rebeldia, ele (o farrapo — REG) se fez maior na hora suprema em que estrangulou a sua aspiração política em holocausto ao seu amor àquela Pátria, de que o diziam um renegado e um egresso" (PSP/20:110). Depois segue a análise do tratamento historiográfico propriamente dito; os próprios farroupilhas silenciaram sobre o movimento, mantendo "o orgulho da sua glória... nos seus corações" (*ibid.*). Em 1875 veio a "Memória" totalmente negativa de Alencar Araripe, seguida em 1882 pela revisão de Assis Brasil e finalmente a contribuição de Alfredo Ferreira Rodrigues a partir de 1888, com o início da publicação do **Almanaque do Rio Grande do Sul**.

Levando em conta a importância que Othelo Rosa assumia dentro da revista (há no mínimo um artigo seu em cada segundo número), pode-se praticamente dizer que a referência aos seus artigos basta para mostrar a importância que se atribuía ao tema. A mesma tecla, no entanto, é batida por outros números da revista. Para exemplificar, Oswaldo Aranha, no número 5, escreve um artigo sobre "A revolução de 35 e a unidade nacional", no qual se preocupa em mostrar que, se o Rio Grande se revoltou, foi porque "era escravo na sua casa" e por isso uma análise mais apurada leva à conclusão de que "o separatismo de Piratini foi apenas aparente e transitório. O espírito fundamental da Revolução era nitidamente brasileiro. A idéia predominante era a do Federalismo" (PSP/5:13, 14).

Outros aspectos sobre a história do Rio Grande do Sul posterior ao "decênio glorioso" estão praticamente ausentes de **Província de São Pedro**. Há, a rigor, apenas dois artigos neste sentido: um de Carlos Dante de Moraes, comparando 1835 e 1893 e outro de Rubens de Barcellos sobre 1923 (se abstrairmos das considerações já referidas do general Setembrino de Carvalho sobre este último acontecimento).

Carlos Dante de Moraes em seu artigo faz o elogio de 35, um "movimento governado... pelo sentimento religioso, a razão, a moral e o cavalheirismo", com "preocupação acentuada de legalidade e o desígnio de organizar e construir" (PSP/17: 11). Na revolução de 1893 impera, em contraposição, a crueldade e esta crueldade se explica em sua maior parte pela "situação da massa rural rio-grandense a partir dos meados do

século dezenove". Esta massa "se forra à responsabilidade à sombra dos chefes" e se lança na "carreira do crime"; com as guerras platinas cresce a criminalidade, retirando os freios aos "instintos bárbaros e agressivos". Este processo de desagregação social, que se desenvolve durante todo o restante do império e que recebe novo impulso com a liberação do elemento escravo, vai explicar a violência e brutalidade de 1893 em contraposição à altivez, ao patriotismo, ao heroísmo de 1835.

O artigo de Rubens Barcellos sobre 1923 é curto e contém uma certa dose de objetividade e consistência ao analisar o movimento; em sua opinião, uma parte da oposição a Borges de Medeiros se constituiu dos antigos federalistas de 1893, os quais nunca se conformaram com as humilhações sofridas de parte do governo; a estes elementos se juntam dissidentes do próprio partido do governo, motivados pela ausência de autonomia local. A motivação imediata para a reação seria o "sentimento comum de vergonha em submeter-se a um governante que, além de não ter sido eleito, estava desmoralizado politicamente pela derrota humilhante da campanha presidencial da República" (PSP/7:117).

Vimos até aqui que há entre os autores que escreveram sobre aspectos da história do Rio Grande do Sul, um alto grau de concordância ou ao menos nota-se uma ausência quase total de discordância. A rigor, de todos os textos até aqui referidos somente o artigo de Sérgio da Costa Franco põe em dúvida a idéia do caráter democrático da sociedade pastoril no Rio Grande do Sul, defendida por outros autores, mesmo que no referido texto Costa Franco se refira concretamente a um autor que não escreve na revista.

Há, no entanto, dois temas onde se permite o debate, se permite a defesa de pontos de vista divergentes. Estes dois temas são as missões jesuíticas e a imigração, notadamente a alemã.

Efetivamente, o tema "Missões" ocupa um espaço considerável. Dentro da rubrica de que estamos tratando, ocupa mais de 21% das páginas (portanto, um espaço maior que a própria Revolução Farroupilha). E aí encontramos grandes divergências de avaliação. Já no primeiro número, Manoelito de Ornellas apresenta uma descrição romanceada da morte de Sepé Tiaraju, uma descrição romântica que visa despertar sentimentos de simpatia com a causa dos índios (PSP/1).

Poucos números adiante, Mansueto Bernardi dedica outro longo artigo à causa dos índios missioneiros, na figura do mesmo Sepé Tiaraju. "Todos os que sofrem, todos os que se sacrificam, todos os que morrem por causa boa, por um ideal superior, são um dia recompensados. Sepé foi mais que recompensado" (PSP/5:40).

Manoelito de Ornellas volta a escrever sobre o assunto, para exaltar a contribuição dos jesuítas, sobretudo como produtores de textos que informam a respeito dos primórdios da colonização do Rio Grande do Sul (PSP/8).

A. Lemos Barbosa, logo depois, destaca a produção literária das Missões (PSP/9).

Há, porém, paralelamente, e de certa forma num crescendo, restrições severas a este tema. Abeillard Barreto, ao se referir ao Padre José Cardiel, elogia as suas qualidades pessoais, mas destaca que a coroa portuguesa, "na defesa de seus legítimos interesses", tinha de lutar contra uma força equivalene, representada pelo exército castelhano e "ainda era combatida pela insidia dos inacianos espanhóis" (PSP/5:121).

Dois números adiante, Carlos Dante de Moraes procura, em longo artigo (20 páginas), demonstrar o baixo nível das populações indígenas congregadas nas Missões. Todos os esforços, para fazer destes indígenas algo de útil, ruíram por terra. "Reconheçamos que os tapes e guaranis não contribuíram com nada ou quase nada de específico para a formação da gente rio-grandense, em que pese a opinião de alguns dos nossos historiadores" (PSP/7:68).

No número 14, Othelo Rosa aparece com um parecer — já rapidamente referido — submetido ao Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e aprovado por unanimidade. Neste parecer é desrecomendado dar-se a uma escola da oitava Delegacia do Ensino de Santa Maria o nome de "Padre Sepp". O autor justifica o parecer contrário: "A verdade, porém, é que a ação do Padre Sepp nunca se exerceu, nem se poderia ter exercido, em benefício do Rio Grande do Sul, como se diz na proposta. Antes, em sentido contrário à nossa civilização e ao nosso destino histórico. E não sabemos como se poderia ensinar as crianças a honrar os seus antepassados, os seus feitos e sacrifícios, e, ao mesmo tempo, explicar-lhes que o seu patrono foi um adversário destes antepassados" (PSP/14:171).

Dois números adiante, publica-se um extrato da obra de Avé-Lallement, versando sobre as missões jesuíticas. Ai aparecem frases como estas: "Assim crescia sempre a sua (dos jesuítas — RSG) importância, a sua riqueza: crescia sempre, também a sua arrogância". "Quem mesmo nas relações civis, procurasse oferecer-lhes resistência, expunha-se a perigo de vida: houve execuções infames que, pela indignação geral, provocaram revolta" (PSP/16:91).

E a revista encerra sua existência com um parecer assinado por Afonso Guerreiro Lima, Othelo Rosa e Moysés Velinho a respeito de uma proposta encaminhada pela Secretaria de Educação e Cultura ao governador do Estado, sugerindo a edificação de um monumento a Sepé Tiaraju no local de sua morte. O grêmio que redigiu o documento pergunta: "Quando vemos que Sepé foi 'o primeiro caudilho rio-grandense', a nós mesmos perguntamos que noção ele poderia ter do Rio Grande do Sul e se nos será lícito praticar a grave injustiça de conferir-lhe um título a que tem inconcurso e líquido direito um Rafael Pinto Bandeira, o fronteiro do Sul, que delineou as nossas fronteiras e que, com seu ingente esforço, criou e consolidou esse Rio Grande do Sul, que Sepé valentemente combateu, opondo-se quanto pôde, ao destino histórico de sua inclusão na civilização lusitana e no Brasil?" (PSP/21:230).

Tratamento interessante é reservado também à imigração. Ao se abordar este tema as referências concretas se concentram basicamente sobre a imigração alemã, sobre a qual paira uma série de suspeitas de longa data, reavivadas no período imediatamente anterior ao surgimento da revista. Já se fizeram diversas referências à insistência no caráter definitivamente lusitano que a todo momento transparece nos textos. Mesmo assim — e este é o aspecto interessante — predominam os artigos que, de certa forma, procuram defender ou ao menos justificar as colônias alemãs. Já no segundo número, Ernesto Pellanda, sabidamente um autor que escreveu muito sobre este assunto e que dificilmente poderá ser rotulado de antipatizante da colonização alemã, aparece com um artigo sobre "O colono alemão, o **Deutschtum**, o nazismo, e a sua recuperação nacional". Pellanda destaca que o isolamento étnico e religioso das colônias foi motivado em grande parte pela política do próprio governo, que mais tarde também fomentou as escolas particulares — outro fator de não-integração. Considera, porém, que muito do que se diz e escreve sobre a colônia alemã não corresponde aos fatos; a integração e assimilação está muito mais adiantada do que "espíritos tacanhos pretendem desco-

nhecer". Há talvez muito mais preconceitos projetados sobre a colônia alemã do que esta projeta sobre o meio que a envolve. "Acabemos de vez com o preconceito, que é nosso" (PSP/2:117).

Emilio Willems escreve um artigo sobre "Assimilação e educação", no qual não se refere especificamente à imigração alemã, mas destaca que há no Brasil preconceitos muito difundidos a respeito de determinados grupos étnicos e que na realidade conceitos como "inassimilabilidade" e "quisto" não se baseiam em nenhuma realidade empiricamente constatável no Brasil. Sabendo-se que Emilio Willems naquele momento já publicara extensa bibliografia sobre a imigração alemã, pode-se considerar este texto como uma defesa indireta da mesma (PSP/7).

Mais adiante, Nilo Ruschel aparece com "Uma experiência de ficção", na qual é destacada a boa integração entre luso e teuto-brasileiros na região do Alto Taquari. Temos, portanto, mais um texto que contradiz idéias de que os alemães seriam inassimiláveis (PSP/13).

Depois Carlos Galvão Krebs escreve um artigo que do começo ao fim registra sua admiração por aquilo que teve oportunidade de vivenciar em Santa Cruz do Sul. Destaca a boa alimentação, a tolerância religiosa, a atividade econômica intensiva e diversificada, o bom nível da educação, o lazer sadio, a assimilação das tradições brasileiras. "É que a população de Santa Cruz, apesar de não ter tido quase nenhuma escola brasileira, durante cem anos, apesar de ter sido sacrificada secularmente pela administração estadual e deixada à margem das coisas brasileiras, apesar de tudo é rio-grandense" (PSP/15:89).

Também J. Fernando Carneiro escreve um artigo em que procura explicar os problemas de integração política da zona colonial alemã não a partir de características étnico-culturais de sua população, mas a partir de variáveis que englobam toda a estrutura de poder no Estado, isentando, portanto, as populações destas regiões de defeitos inatos (PSP/16).

Vê-se, portanto, que, ao contrário do que se poderia esperar a partir da tendência generalizada ao lusitanismo, abre-se um espaço relativamente amplo à defesa do componente germânico na formação do Rio Grande do Sul.

As tendências radicalmente opostas, porém, não deixam de se manifestar. Há ao menos um artigo de Athos Damasceno, já num dos últimos números da revista, que retoma praticamente todos os preconceitos tradicionais. O autor admite causas externas para a não-integração: isolamento geográfico, desnível cultural, diferenças de atividade econômica entre a região colonial e outras regiões do Estado. Mas "a nosso ver, a causa do isolamento, ou confinamento dos alemães em seus grupos étnicos, há de encontrar-se principalmente na sua índole refratária à aculturação, sobretudo à aculturação compulsória, contra a qual se oporiam obstinadamente, não raro até em detrimento de seus próprios interesses". "Dirão aqueles que não acreditam em fantasmas, que o senho era apenas sonho. Não lhes será possível, todavia, negar que ao menos o sonho existiu..." E este sonho era a fundação de um império germânico no sul do Brasil (PSP/18:9, 11).

Resumindo os aspectos básicos constatados na análise das matérias historiográficas que aparecem em **Provincia de São Pedro**: uma série de artigos arrola apenas curiosidades, sem pretender demonstrar qualquer hipótese ou veicular qualquer idéia mais geral, mas este tipo de historiografia não ocupa um espaço tão grande que pudesse ser considerado uma característica generalizada; nos demais textos efetivamente são veiculadas algumas idéias e concepções marcantes, destaca-se o caráter heróico, lusitano e democrático da formação histórica do Rio Grande do Sul, cultuam-se os heróis do passado; considera-se como o acontecimento mais marcante da história do passado a Revolução Farroupilha — um movimento autenticamente nacional; a história posterior a este movimento não exerce atração sobre os historiadores; apenas sobre a avaliação das reduções jesuíticas e sobre a migração alemã não há consenso.

3. Aspectos do folclore e da cultura do Rio Grande do Sul

Um bom indicador, para caracterizar o conteúdo dos textos classificados sob esta rubrica, é o espaço concedido aos diferentes aspectos em que se pode dividir a temática. A tabela abaixo fornece os dados:

Tema	número de títulos	número de páginas	percentagem desta rubrica
— Vocábulos, frases e expressões	10	81	30%
— Descrição de práticas folclóricas e culturais	10	77	28,5%
— Descrição de objetos	8	54	20%
— Cancioneiro e atividade musical	8	47	17,4%
— Considerações sobre o cultivo das tradições	3	11	4%
Total	39	270	99,9%

Quanto ao primeiro item destacam-se sobretudo as contribuições de dois autores: Walter Spalding e Victor Russomano. O primeiro publica em diversas etapas uma "Coleção de vocábulo e frases usados na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul" (PSP/8; PSP/9; PSP/10) e do segundo publica-se um "Adagiário gaúcho" (PSP/12; PSP/13; PSP/15). Em ambos os casos trata-se de um arrolamento de frases e expressões, algumas vezes acompanhadas de uma pequena nota sobre seu significado ou de variantes que podem ser constatadas de uma região para outra. Estes trabalhos, porém, não têm qualquer pretensão de analisar a importância de tais frases ou vocábulos dentro da cultura gaúcha, não se preocupam em dar uma interpretação do seu conteúdo, restringindo-se a arrolá-los e traduzi-los, quando necessário.

Além destes textos há nesta rubrica ainda um pequeno artigo de Oscar Bastian Pinto sobre "O verbo 'parar' na terminologia ibero-americana e especialmente sul-riograndense" (PSP/8).

Na segunda rubrica temos textos mais elaborados, ou seja, trata-se de textos descritivos de práticas folclóricas, culturais ou de religiosidade popular, mas também estes textos não são analíticos; não há praticamente textos que tratam de dar uma explicação para as referidas práticas, no máximo, há tentativas de explicar a procedência ou a influência recebida por determinada prática atual. A rigor, há nesta série um único artigo que avança para uma interpretação. Trata-se de um artigo de Carlos Galvão Krebs sobre práticas religiosas de origem africana em Porto Alegre, onde o autor sugere uma explicação psicanalítica: "Na possessão, como em tudo o mais, é visada inconscientemente uma única finalidade: a recupera-

ção do objeto perdido, segundo a linguagem psicanalítica" (PSP/21:154).

Nos demais artigos predominam as descrições de festejos ou outras práticas folclórico-culturais.

Este tipo de texto pode ser exemplificado através de uma série de Dante de Laytano sobre "O folclore do Rio Grande do Sul. Tradições do ciclo agro-pastoril" (PSP/17; PSP/18; PSP/19) ou então por um artigo de Paranhos Antunes sobre "Os prateiros do Rio Grande do Sul" (PSP/13).

Isto não significa que nestes artigos não seja possível encontrar posicionamentos dos autores a respeito do assunto ou que não se possa encontrar estes posicionamentos nas entrelinhas. Dante de Laytano, no primeiro artigo, escreve: "A civilização enxotou a tradição, mas não a matou de todo, porque se a vida dinâmica e utilitária dos centros urbanos não comporta o culto afetivo das festas dos santos de junho ou do ciclo de Natal, Aleluia e das grandes datas, os centros menores guardam intatos esses costumes, uma vez que se podem dar ao luxo de amá-los e mesmo eles sobrevivem apenas quando existe o calor da admiração somente possível num convívio íntimo em núcleo urbano de fato pequeno, e em área rural ou agrícola" (PSP/17:84). Não há dúvida de que aqui transparece uma certa nostalgia em relação a um passado que já não existe mais ou que está desaparecendo. Poderia estabelecer-se uma comparação, neste ponto, com o passado heróico do Rio Grande do Sul que também está em decadência.

A terceira rubrica se refere à descrição de objetos. Temos aí a mesma predominância do caráter descritivo da rubrica anterior: detalhes sobre arquitetura, carretas, indumentária. Também aqui, porém, transparece uma motivação oculta para as descrições. Num artigo de Bernardino José de Souza sobre "A carreta do Rio Grande do Sul e do sul de Mato Grosso" encontramos, depois de uma muito minuciosa descrição técnica, um fecho evocativo: "... a carreta sugere evocações do passado e da áspera vida do campo desde as origens do povoamento do continente de São Pedro. Ela é, do mesmo passo, uma expressão da conquista da terra e um elemento de lembranças históricas inapagáveis" (PSP/6:25).

Na rubrica "Cancioneiro e atividade musical" temos uma grande diversidade de temas que vão de considerações biográficas em torno de Araújo Vianna, nas quais se destaca que as

constantes viagens do artista o impossibilitaram de "olhar para as características incoercíveis do homem rio-grandense lutando pela afirmação de sua terra e de seu povo" (PSP/21:181), passando por considerações sobre a educação musical no Rio Grande do Sul (PSP/11), para chegar ao cancionário popular, o tema mais freqüentemente abordado. Neste último a maioria dos artigos se preocupa com a origem deste cancionário; Augusto Meyer, por exemplo, considera que a grande maioria das cantigas gaúchas é de inspiração portuguesa/açoriana ou de outros Estados do Brasil (PSP/4; PSP/6; PSP/9). Cecília Meirelles destaca as bases açorianas do cancionário popular gaúcho (PSP/6; PSP/8).

No que tange ao tema folclore e cultura há apenas três textos programáticos ou teóricos. Estes textos, no entanto, não se contrapõem, mas confirmam as inferências feitas nos textos anteriores: a preocupação com o desaparecimento das tradições. Adail Morais, num artigo intitulado "De Blau Nunes a João Guedes", sugere a necessidade urgente de se recolherem os testemunhos de uma era que está passando (PSP/4).

Othelo Rosa aproveita um comentário em torno do **Guia do Folclore Gaúcho** de Augusto Meyer, considerado por ele um trabalho "consciencioso e honesto", para tecer considerações sobre a importância do cultivo do folclore e das tradições. Depois de se referir ao caráter peculiar da nossa formação, já que fomos uma "zona de atrito" de que resultou, "para o gaúcho, uma personalidade — individual e social — diferenciada, forte, viva. E, por consequência, na nossa tradição, há de haver também necessariamente, algo de substancial e de rico em que se reflita o caráter, a fisionomia de um povo que nasceu e cresceu entre a guerra e o trabalho". Infelizmente, na atualidade, os gaúchos vivem desligados da sua tradição e não se conhecem a si mesmos. Por isso é urgente que se parta para a restauração das nossas cantigas, nossos provérbios, nossas lendas, nossas usanças, nossas técnicas de trabalho, a tudo "que constitua o conjunto da nossa legítima tradição"; tudo isto "valeria como esforço meritório e útil para nos encontrarmos de novo, restabelecendo a nossa unidade moral e social" (PSP/17:160).

No mesmo tom se apresenta um artigo de L. C. Barbosa Lessa sobre "O sentido e o valor do tradicionalismo". Neste texto o autor constata um assustador processo de desintegração da cultura e sociedade ocidentais, motivada por dois fa-

tores básicos: "o enfraquecimento do núcleo das culturas locais" e "o desaparecimento dos 'grupos locais'". A partir desta constatação, Barbosa Lessa defende a difusão do "tradicionalismo", pois este "podê constituir-se na maior força a auxiliar o Estado na resolução dos problemas cruciais da coletividade". "A idéia nuclear das Tradições Gaúchas é a figura do campeiro das nossas estâncias" e o tradicionalista não é, como o folclorista, "um estudioso de uma ciência", mas "o soldado de um movimento" (PSP/20:133, 136, 137).

Como se vê, também nestes textos programáticos há um forte elemento de retorno a uma tradição que está em perigo. Elementos folclóricos e culturais não são um dado presente na sociedade a qualquer momento com características que acompanham o tempo, mas sim elementos bem determinados do passado que devem ser trazidos de volta para a sociedade, inclusive como remédio para sua própria sobrevivência.

4. Aspectos sociais e econômicos atuais do Rio Grande do Sul

Na verdade, praticamente todos os artigos, que tratam de aspectos sociais e econômicos atuais, estão relacionados com a região da Campanha. De João Pedro dos Santos publica-se, já nos primeiros números, uma série de artigos sobre a situação sócio-demográfica do município de Pinheiro Machado, onde se destaca a evolução em direção a uma situação cada vez pior: "Considerando de bastante gravidade a infiltração da indigência e o predomínio da cor mista que tendem, conjuntamente, pelos indícios verificados, dar nova composição orgânica à cidade, dentro de uma geração" (PSP/3:13)¹¹.

Mem de Sá julga que o Rio Grande do Sul em termos demográficos e econômicos deve ser dividido em três regiões: fronteira, zona da colônia e zona mista. Enquanto nas duas últimas há um relativo equilíbrio e harmonia entre população e economia, constatamos que "as grandes propriedades pastoris da fronteira, a concentração de riqueza dessa região, a ausência de policultura de gêneros e produção de utilidades (funcionam) como determinantes da miséria em que se debate grande maioria das populações" (PSP/1:54).

O mesmo tom negativo transparece em análise de Limeira Tejo ao referir-se à zona da Campanha: "A nossa Campanha, assim, se apresenta hoje como teatro de um comportamento de inadaptação, como se a história não tivesse prosseguido" (PSP/1:87).

Um artigo de Dario Brossard destaca a inferioridade da economia rural do sul do Estado, onde predomina a grande propriedade, em relação a outras regiões onde há uma estrutura agrária diferente e por isso sua sugestão de que "precisamos de agricultores eficientes, capazes de transformar o panorama econômico de nossas atividades rurais, constituídos em pequenas colônias-modelo, núcleos de produção e de ensinamentos" (PSP/5:78).

Mais adiante, Mem de Sá analisa o processo de industrialização e constata que esta tem boas perspectivas ali, onde está em harmonia com a pequena propriedade, ou seja, onde se nota "a mesma feliz divisão e fracionamento de riqueza e de propriedade que dá fisionomia própria à economia sulina" (PSP/6:99). Coisa que não ocorre, entre outras, na zona charqueadora, onde, em períodos de entre-safra, sempre surgem problemas sociais em virtude da falta de procura de mão-de-obra neste período, segundo destaca um artigo de F. Maya d'Ávila (PSP/20).

Além destes artigos sobre a economia, há ainda alguns poucos artigos que abordam questões relacionadas com o ensino. Enquanto dois destes artigos fazem levantamentos sobre aspectos do ensino em geral, no mínimo um se concentra nas dificuldades das escolas da fronteira (PSP/9).

Em conclusão, podemos dizer que, também na abordagem de problemas atuais, o interesse se concentra na região outra centro da formação do Rio Grande do Sul e que está deixando de ser o que era.

5. Ficção regionalista

Como se pôde ver pela tabela inicial, que classificava os temas principais de **Provincia de São Pedro**, a ficção ocupa um espaço relativamente amplo dentro da revista. Há 487 páginas classificadas como "ficção lírica e existencial", o que representa mais de 15% das páginas computadas. Mas a "ficção regionalista" ocupa um espaço relativamente modesto, com apenas 112 páginas (3,5%). Foi classificada nesta rubrica, além dos "casos", toda prosa e todo verso que aborda de forma explícita um tema social, econômico, folclórico-cultural, político do Rio Grande do Sul. Por ser de difícil classificação dentro das demais rubricas, foi incluída na categoria "ficção regionalista" a memorialística. Mas esta inclusão, apesar de não se tratar de ficção na acepção pura do termo, praticamente não

produz alterações no quadro geral, porque abrange apenas três textos.

Na verdade torna-se difícil fazer uma análise específica desta produção dentro da revista, pois predominam amplamente textos clássicos da categoria. Uma enumeração dos autores pode demonstrar isto:

Autor	Número de textos
— Simões Lopes Neto	5
— Darcy Azambuja	5
— Augusto Meyer	2
— Athos Damasceno	2
— Álvaro Moreira	1
— Ciro Martins	1
— Amaro Juvenal	1
— Alcides Maya	1
— Alfredo Jacques	1
— Mansueto Bernardi	1
— Vargas Neto	1

Como a obra de Simões Lopes Neto e a de Darcy Azambuja são muito conhecidas e uma avaliação em torno do sentido de seus textos, especificamente dentro da revista ,exigiria uma profundidade que ultrapassa as intenções desse trabalho, esta rubrica se encerra com a simples enumeração dos temas abordados pelos demais autores.

Augusto Meyer em "Na Praça da Matriz" relembra a Porto Alegre de sua infância. Conclui com uma referência ao presente: "A mim, fantasma do velho Coruja, desmanchemos o presentel! Desmantelemos com método o cimento armado... Debaixo deste arranha-céu fica o beco do Fanha, como as águas ocultas da saudade" (PSP/5:46). Em "No Bom Conselho" relembra a vida na escola (PSP/7).

Athos Damasceno em "Recreio da Estação" descreve um incidente numa estação de trem, onde ocorre uma reação coletiva contra um indivíduo de origem alemã, durante a Guerra (PSP/6). Em "Negrinho do Pastoreio" o autor faz uma tentativa de "transposição poética da lenda recolhida por J. Simões Lopes Neto" (PSP/8).

Álvaro Moreira em "Naquele tempo em Porto Alegre" evoca a vida pregressa de sete "intelectuais" (PSP/4).

Cyrô Martins em "É bicho mau, o homem" conta um "caso" em torno do assassinato de um carreteiro (PSP/6).

No caso de Amaro Juvenal trata-se evidentemente da publicação do clássico "Antônio Chimango" (PSP/6).

Alcydes Maya em "Alvos" conta outro "caso" em torno de um crime passional (PSP/7).

Alfredo Jacques em "Rebentou a marola da balsa" trata de um acólito de um líder político em período de revolução no Rio Grande do Sul (PSP/8).

Mansueto Bernardi evoca em "Cemitério de imigrantes" uma série de figuras da região de colonização italiana (PSP/9).

Vargas Neto com "Gado chucro" aborda em forma de poesia temas do dia-a-dia na vida da Campanha (PSP/12).

Nesta rubrica torna-se um pouco difícil tirar conclusões categóricas. Os textos são em grande parte clássicos e já foram analisados por outros autores, de modo que aqui nada se apresentaria de inovador. Além disso no próprio texto ficcional os conteúdos são freqüentemente subjacentes e não explícitos.

6. Comentários sobre literatura gaúcha

Há apenas três textos que se propõem a fazer comentários genéricos sobre a literatura gaúcha, os demais textos são comentários em torno de autores específicos.

Os três textos que se preocupam com a literatura gaúcha em geral não centram sua análise na forma e sim nos reflexos que a realidade social exerce sobre a ficção. Estas análises, portanto, não partem da idéia de ficção como produto exclusivo do autor, com apelos a interpretações psicológicas, mas vêem o meio em que um texto surge, como fator decisivo para sua compreensão. A partir desta constatação, o conteúdo, porém, não é necessariamente aquele que se poderia esperar.

O primeiro artigo é de Dionélio Machado sob o título "Os fundamentos econômicos do regionalismo". Distingue dois tipos de literatura com temática regional: uma seria o "regionalismo" e a outra o "localismo". O primeiro tem como tema básico o gaúcho, misto de criador de gado e guerreiro, e encontra-se sobretudo na ficção do período em que a pecuária tra-

dicional estava em decadência, constatando-se uma tentativa de glorificação de um passado que se sentia em derrocada. O "localismo" é a ficção característica da nova realidade, do período em que a pecuária se industrializa (PSP/2)¹².

A rigor, o texto de Dionélio Machado se restringe a fazer esta classificação, sem maiores comentários pessoais sobre a qualidade da produção literária. É neste sentido que se distinguem os outros dois comentários. Um deles é de José Salgado Martins com o título "Apreciações sobre a literatura regional rio-grandense". Nele a literatura regional do Rio Grande do Sul é subdividida em três fases; uma primeira fase em que se apresenta uma concepção puramente romântica do gaúcho; numa segunda fase "os seres humanos que vivem, lutam e sofrem na campanha foram vistos em conexão com o ambiente físico, reagindo aos estímulos da tradição, da cultura, dos sentimentos, do clima moral da sociedade simples e rarefeita"; numa terceira fase, finalmente, "ao invés do gaúcho altaneiro e forte, repontando no entrevero, nos apartes ou nas tropeadas, aparece pelas páginas dos nossos regionalistas a figura do derrotado e do retirante... O homem do campo surge como vítima da economia rural alicerçada no 'latifúndio'" (PSP/10: 108).

O autor se insurge contra a perspectiva refletida por esta última fase. As causas do mal não lhe parecem radicar no latifúndio, mas sim "na falta de educação moral e profissional do nosso operariado dos campos". O articulista lamenta a inclinação negativista do atual romance rio-grandense, o desencanto e a decepção com o nosso passado heróico. "O chefe político surge como o trabuzana desabusado que comete todas as violências e tropelias". A apreciação das atitudes e dos atos dos homens do passado deveria levar em conta o clima espiritual e social de sua época. Estes homens não podiam prescindir de certa violência, mas no fundo "repona, na sua índole boa, o espírito de solidariedade, de comiserção e de assistência diante do sofrimento" e na verdade eles plantaram a "semente do democratismo igualitário" (*ibid.*).

O outro comentário geral sobre a literatura gaúcha é de Carlos Dante de Moraes e se denomina "Condições histórico-sociais da literatura rio-grandense". Também este autor estabelece uma ligação estreita entre as transformações econômicas e a produção literária. Mas também aqui se nota uma senão revolta, ao menos uma nostalgia pelos temas tradicionais. O autor destaca que, dentro das transformações por que

passa a sociedade caúcha, "estão sendo trituradas e eliminadas, lenta e melancolicamente", as figuras e os valores tradicionais.

O autor reconhece as qualidades e a importância dos escritores que dão maior importância à temática urbana e que vão se impondo gradativamente. Cita nominalmente Dionélio Machado e Vianna Moog, como dois representantes desta onda inovadora e lhes tece elogios, mas "importará tudo isso em esquecer o rincão natal? De modo algum! As nossas raízes são muito fortes e mais cedo ou mais tarde voltamos a sentir sua atração telúrica e moral" (PSP/19:18).

Todos os demais textos são comentários menores e específicos sobre obras de determinados autores. Simões Lopes Neto é contemplado com três artigos; num deles Augusto Meyer procura mostrar que, apesar de utilizar matérias regionais em sua obra, este autor lhes dá um cunho universal (PSP/1); noutro artigo Carlos Reverbel traça um esboço biográfico de Simões Lopes Neto, destacando seu nacionalismo (PSP/2); Aurélio Buarque de Holanda elogia o escritor por conseguir, ao contrário da grande maioria dos autores, uma boa harmonia entre sua linguagem literária e a reprodução do linguajar típico regional (PSP/13).

Érico Veríssimo também é aquinhoado com três comentários. No primeiro J. O. Nogueira Leiria derrama elogios incondicionados sobre o autor por ter com **O tempo e o vento** transposto a barreira da temática limitada para uma temática universal. O tom do artigo é caracterizado pelo seguinte período: "Vibrante, informe por vezes, apaixonado e viril, a um tempo lúbrico e severo, o diapasão do livro mais parece brotar das entranhas da terra" (PSP/16:139). Outro comentário, este de Carlos Dante de Moraes, também destaca o salto qualitativo na obra de Érico Veríssimo, analisando **O resto é silêncio** como prólogo de **O tempo e o vento** (PSP/18). O último comentário sobre Érico Veríssimo é de Moysés Vellinho e comenta **A Noite**; ao contrário de **O tempo e o vento**, onde o autor, por assim dizer, é porta-voz da tradição, aquele livro revela as opiniões íntimas do romancista (PSP/20).

Além desses autores, há ainda comentários sobre a obra do poeta Lobo da Costa (PSP/15; PSP/17; PSP/19), sobre **Antônio Chimango** de Amaro Juvenal (PSP/6; PSP/11), sobre Ciro Martins (PSP/1), Alcides Maya (PSP/2), Augusto Meyer (PSP/14), Alcides Lima (PSP/16), Delfina da Cunha (primeira

poetisa do Rio Grande do Sul) (PSP/19), sobre Caldre e Fião (PSP/20), Raul Bopp (PSP/21), João Mendes da Silva (João Mendes Taquari ou Heráclito) (PSP/21) e Paulo Correa Lopes (PSP/21).

Deve-se destacar, antes de finalizar este ponto, que também nesta temática se permite ao menos uma heresia. Publica-se uma crítica ácida à poesia de Mário Quintana, o poeta que enfeita praticamente todas as edições da revista. James Amado considera que Quintana é "um pequeno burguês longe de sua classe, longe de tudo e, conseqüentemente, um homem sozinho, perdido no mundo, que sabe apenas sofrer, chorar, só isso" (PSP/5:126).

Mesmo que os comentários a respeito da literatura gaúcha sejam bastante diversificados, especialmente aqueles sobre autores isolados, pode-se constatar também aí alguns elementos que já nos acompanham há bom tempo. Há elogios fartos — em outro lugar havíamos constatado o culto ao herói — e sobretudo se lamenta a imagem que a literatura apresenta do Rio Grande do Sul tradicional, da Campanha.

7. Consideração finais

Antes de mais nada, deve-se destacar que a presente investigação se restringiu a apenas parte da revista **Provincia de São Pedro**, mas este procedimento se justifica na medida em que o propósito da pesquisa era caracterizar o pensamento de uma parcela da intelectualidade gaúcha. Os textos, que tratam do Brasil em geral e de temas universais, são em sua maior parte escritos por autores não gaúchos; é natural que isto não significa que não tenham valor nenhum para caracterizar o pensamento dos intelectuais rio-grandenses, pois a própria decisão de publicá-los reflete um posicionamento. Mas não há dúvida de que este posicionamento não se apresenta de uma forma tão densa quanto nos textos dos próprios intelectuais gaúchos. Além disso, parece que o percentual de textos vistos para a análise é representativo.

Cabe ressaltar que também está excluída a "ficção lírica e existencial" dos próprios autores gaúchos. Esta exclusão se justifica, por um lado, pelo fato de que a própria categoria literária pode ser vista como denotando um posicionamento ideológico claro; mas, por outro lado — para quem não se satisfaz com soluções tão radicais —, esta categoria exige para sua análise um instrumental mais complexo do que este trabalho se

propôs utilizar. É por isso que a apreciação desta categoria foi excluída.

Quantos aos conteúdos analisados pode-se destacar que apesar de se permitir em alguns poucos casos um debate e um espaço para a discussão e a divergência, há, de uma forma geral, uma grande unidade ou complementariedade de pensamento. E esta unidade e complementariedade consiste na idéia da necessidade de se repensar o Rio Grande do Sul, tanto dentro da comunhão nacional quanto na sua integração e harmonização interna. Estão abalados os vínculos do Rio Grande do Sul com o resto do Brasil e — sobretudo — estão abaladas as estruturas morais e culturais internas. Cabe voltar ao que o Estado já foi e não é mais. É uma caminhada com o rosto voltado para trás. É aí que o investigador se vê de certa forma frustrado. A idéia inicial era verificar o que os intelectuais gaúchos tinham a oferecer para a reconstrução da democracia no Brasil depois de longos anos de ditadura sob o Estado Novo. A resposta é: nada, a não ser que se veja na saudade do passado heróico, democrático e lusitano uma solução para os problemas dos anos 40/50 do século XX.

Efetivamente, vimos que a análise histórica pára em 1845; 1893 e 1923 são tratados com parcimônia total. Excetuando alguns poucos artigos que se referem a questões sócio-econômicas e educacionais do Rio Grande do Sul atual, o debate político se restringe a um único artigo de três páginas escrito por Raul Pilla, polemizando contra Gilberto Freyre, o qual acusara o parlamentarismo de sistema paternalista. Pilla rebate, apresentando o parlamentarismo justamente como antídoto para o paternalismo (PSP/17).

Não que os intelectuais gaúchos, que escreviam em **Provincia de São Pedro**, não tivessem preferências por sistemas sócio-políticos. Mas preferiam manifestar estas preferências de uma forma menos comprometedora. Chama a atenção o fato de que no mínimo dois editoriais têm um traço marcadamente anticomunista, e não deixa de chamar atenção o fato de que existe uma série de artigos sobre a excelência da sociedade e do sistema político americanos¹³. O tom dos comentários destes artigos pode ser exemplificado por uma frase de Moisés Vellinho: "O que se pensa vulgarmente acerca dos Estados Unidos corre quase sempre à conta de ressentimentos contraditórios entre povos que ainda não atingiram o grau de fastígio alcançado por aquele país, em virtude de uma série de fatores extremamente favoráveis" (PSP/19:171).

Isto dito num período de guerra fria é um claro posicionamento, o leitor, no entanto, gostaria de saber onde fica o Brasil neste contexto ou o que isto representa para a realidade interna do Brasil. Isto, porém, deve ter parecido comprometedor demais para os nossos pensadores, e eles se concentraram em manifestar suas apreensões e sua inconformidade com a derrocada do "seu" velho Rio Grande, o Rio Grande da oligarquia agrária.

NOTAS

- 1 O colega João José Planella teve a gentileza de ler a primeira versão deste texto e de tecer diversas considerações; algumas foram incorporadas através de pequenas modificações no texto, outras não. A responsabilidade pelo produto final, evidentemente, é só minha.
- 2 Dacanal, José H. e Gonzaga, Sergius (orgs.). **RS: cultura e ideologia**. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1980.
- 3 Cf. Trindade, Fernando Casses. "Uma contribuição à história da Faculdade de Filosofia da UFRGS". In: **Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/FRGS**, 1982, pp. 39-53.
- 4 O total de 21 números se distribui da seguinte forma pelos anos do período: 1, 2, 3 em 1945; 4, 5, 6, 7 em 1946; 8, 9, 10 em 1947; 11, 12 em 1948; 13, 14 em 1949; 15, 16 em 1951; 17 em 1952; 18 em 1953; 19 em 1954; 20 em 1955; 21 em 1957.
- 5 Descontando folhas de rosto, índices, editoriais, noticiários e transcrições de críticas ou referências à própria revista (todos estes textos não estão computados nesta tabela), o conjunto dos artigos perfazia, via de regra, umas 150 páginas.
- 6 Diversos aspectos abordados neste item já foram levantados pelos autores do citado livro **RS: cultura e ideologia**. Se não me reporto a estes trabalhos, isto se deve ao fato de que minha fonte é outra e por isso penso que se justifica uma certa repetição, justamente como reforço daquelas conclusões — já que os resultados em grande parte coincidem.
- 7 Felicitíssimo de Azevedo não é autor vivo, mas a publicação de seu texto serve de indicador para o interesse e o gosto dos editores.
- 8 Freyre, Gilberto. **O mundo que o português criou**. Rio de Janeiro, José Olympio, 1940.
- 9 Não é possível, dentro dos limites deste trabalho, investigar qual a motivação de cada um dos artigos que abordam este tema. Neste sentido, seria interessante analisar as manifestações de parlamentares e intelectuais do centro do país.
- 10 Como o caráter democrático aqui está ligado basicamente à sociedade pastoril, seria interessante estabelecer comparações com análise de sociedades semelhantes em outras partes do Brasil e do mundo, a fim de caracterizar melhor a peculiaridade ou não deste aspecto da produção intelectual gaúcha. Também esta tarefa está além dos propósitos deste trabalho.
- 11 A continuidade deste texto se dá em PSP/4, PSP/5, PSP/6.
- 12 Esta é a única intervenção de Dionélio Machado na revista.
- 13 Vianna Moog — "O americano em face do presente" (PSP/3); Érico Veríssimo — "Língua e caráter" (PSP/10); Oswaldo Aranha — "Entre a paz e a guerra" (PSP/14); Moysés Vellinho — "Uma incursão no tempo" (PSP/16), "Um processo de socialização espontânea" (PSP/17), "O negro nos Estados Unidos" (PSP/18), "Aspectos da vida cultural nos Estados Unidos" (PSP/19).